

Novos materiais didáticos para a valorização de Patrimônio Cultural e História Local

Por Marilen Fagundes Peres¹

Resumo

O presente trabalho pretende abordar de forma sucinta sobre o projeto de mestrado profissional a ser desenvolvido no sentido de produzir material didático-pedagógico adequado para trabalhar com alunos e professores, no âmbito do ensino fundamental. Visando levar em conta necessidades de um material voltado ao ensino de História local, com informações e conteúdos baseados em pesquisas científicas, que motive o início de um trabalho de educação patrimonial que não existe ou não é eficiente na valorização do patrimônio e História local. Contando uma História que valorize todos e faça com que nosso aluno sinta-se sujeito e pertencente a esta história.

Palavras-chave: Ensino, História Local, Alunos, Materiais Didáticos.

Abstract

This paper aims to address briefly on the professional master's project to be developed to produce didactic and educational material suitable for working with students and teachers, as part of basic education. Aiming to take into account needs of a material geared to local history education with information and content based on scientific research, that motivates the beginning of a heritage education work that does not exist or is not effective in appreciation of the heritage and local history. Telling a story that values all and make our students feel subject and belonging to this story.

Keywords: education, local history, students, courseware.

¹ Mestrado em Ensino de História/Centro de Educação/UFSM.

Introdução

No dia a dia de sala de aula, trabalhando com alunos dos anos iniciais, durante mais de 15 anos, sempre observava a necessidade de um material adequado para trabalhar com História local. Verificava que o que já havia sido escrito era ultrapassado e demasiadamente falacioso. Na verdade o que existiam eram polígrafos, alguns elaborados por colegas, outros, frutos de cópias de folders e alguns jornais antigos e publicações oficiais sobre o município, como na maioria das cidades, exceto cidades de produções historiográficas latentes, nas quais existem pesquisas mais aprofundadas e conseqüentemente materiais mais atualizados e apropriados para ensinar história local (municipal e regional), como é o caso de Santa Maria que tem inúmeros memorialistas e pesquisadores engajados em contar sua história, ainda que com motivações distintas e maneiras diferentes de fazer essa rememoração.

Mas na maioria das cidades pequenas o que prevalece é uma História que privilegia os grandes coronéis, as elites, os “reis e rainhas”, deixando a maioria da população excluída da sua própria história, contando feitos heroicos dos grandes senhores. E esses silenciamentos e invisibilidades sempre me incomodaram e na oportunidade de fazer um projeto para um Mestrado profissional em Ensino de História, estas questões foram decisivas para determinar o que iria pesquisar e intervir. Algumas questões que pautam também o ensino e aprendizagem me motivaram para ousar escrever o projeto e buscar a produção de um material novo e inovador, não somente do ponto de vista da apresentação, mas um material que não fosse inundado de ideologia burguesa, que partisse do presente para fazer representações do passado, buscando incentivar a partir da valorização do patrimônio local- material e imaterial, a nossa história, a nossa cultura, todos os elementos étnicos que constituíram nossa cidade, levando em conta todas as classes sociais que ajudaram na sua formação.

Na verdade, o objetivo maior deste trabalho é a formação de uma identidade, a partir da valorização do patrimônio e história locais, visando uma identidade que seja coletiva na qual os sujeitos sejam protagonistas desta história.

Falando em Ensino e em algumas contradições

Pensar em produção de material didático-pedagógico é totalmente inviável sem fazermos uma reflexão sobre questões que pautam o ensino no Brasil, primeiramente, de um modo geral, para depois refletirmos mais especificamente sobre o Ensino de História.

Todos sabemos que o ensino no Brasil e a educação, apresentam problemas graves, que já vêm de longa data. Sabemos que mais de 50% dos jovens que concluem o ensino fundamental são considerados analfabetos funcionais, isso já é prenúncio de que alguma coisa está errada. Existem vários teóricos e muitas pessoas discutindo as mazelas do ensino no Brasil. Muitos que puseram se quer os pés numa sala de aula para exercer a função docente, mas que em virtude da grande desvalorização dos educadores se sentem à vontade para teorizar sobre o ensino, apontar causas, culpados, tecer estratégias. Hoje, qualquer pessoa se sente apta a “dar pitacos” sobre a educação, pois os principais agentes encontram-se numa posição delicada: desvalorizados social e financeiramente, desrespeitados, desmotivados. Essa desvalorização dos professores e a falta de políticas públicas efetivas para mudar essa realidade, acrescidos de mais inúmeros outros problemas, criam um cenário de caos no ensino e nos faz concluir que: o ensino no Brasil está doente, ou melhor, agoniza.

Mas se analisarmos todas estas questões pela ótica de alguns teóricos, como Saviane, por exemplo, veremos que o sistema de ensino está comprometido com o fracasso de uma maioria. Segundo algumas teorias, que vêm a escola como um aparelho reprodutor da ideologia burguesa e entendem que todos estes problemas, principalmente a questão do fracasso e evasão escolar estão relacionados a um projeto excludente que busca deixar a maioria à margem do processo, ou como refere Saviane: marginalizados. Esse sistema educacional onde a maioria não obtém êxito, acaba por ser excluída ou por se excluir, quando falo na maioria, falo na maior parte da população que é composta pela classe proletária, é extremamente segregador e responsável pela permanência das estruturas sociais que se preservam desde épocas mais remotas.

Existem algumas teorias que buscam refletir sobre as questões da educação a partir de várias concepções. Saviane dividiu-as em teorias não críticas e teorias crítico-reprodutivistas. Sendo que, no primeiro grupo existe um esforço para demonstrar que a educação sozinha seria ca-

paz de superar a marginalidade, já no segundo grupo os estudos apontam que a educação para ter eficácia e mudar os modelos já estabelecidos necessita de outros fatores principalmente de ordem social. As teorias não críticas são elencadas numa visão que reforça as desigualdades, que culpabiliza o indivíduo pelo seu fracasso, sem se ater a questões socioeconômicas que permeiam todo processo. Essas teorias acreditam e fazem acreditar que a educação por si só é capaz de mudar o mundo, entretanto as práticas baseadas nessas correntes pedagógicas não foram capazes de promover realmente uma mudança efetiva na sociedade. É visível sua negação para uma luta de classes e para uma sociedade estratificada, onde a ponta da pirâmide sempre terá as condições necessárias para o êxito, não somente na educação, mas para o acesso aos melhores postos de trabalho, às melhores universidades às melhores posições, mantendo a sociedade sem as mudanças necessárias para irromper com um sistema que retira da grande maioria as condições necessárias para deixar as posições menos favoráveis. As teorias não-críticas entendem que os fracassos escolares são acidentais, pontuais e podem ser superados de maneira individual. Essa visão faz reforçar a ineficácia do ensino, pois essas correntes tiveram e têm muita força nos sistemas de ensino do Brasil, pautaram por muitos anos a nossa legislação, e ainda são muito frequentes nas escolas brasileiras, mesmo com novas roupagens.

As teorias crítico-reprodutivistas têm uma visão de que a escola por si só não dará conta de todas as demandas do ensino, pois existem algumas questões que independem somente da escola, dos professores mas dependem de ações governamentais mais amplas, que promovam inclusão, redistribuição de renda e incentivos sociais sérios. Não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que somente a educação institucionalizada vá da conta dos problemas do ensino no Brasil, neste sentido P. Bourdieu e J.C. Passeron destacam a existência do que chamaram “violência simbólica”, onde a sociedade utiliza-se de forças simbólicas para dissimular forças materiais que permeiam e impetram essa violência nas relações sociais. A escola seria uma das grandes responsáveis por essas ações de violência simbólica pois seria um aparelho reprodutor de ideologia burguesa e perpetuação da sociedade dividida em classes, excluindo cada vez mais as classes sociais menos privilegiadas. Isso se observa também no ensino de História, principalmente em História local, que narra apenas a história de uma elite, de grandes coronéis, onde a maioria da população é ocultada dessas construções, onde nossos alunos assim como seus antepassados nunca são vistos como sujeitos dessa história. Isso também é uma forma de violência simbólica já citada, uma forma de exclusão e de motivação a uma possível luta de classes conforme nos

alerta Saviane (1997), a partir da teoria de C. Baudelot e R. Establet.

Nesse contexto escolar problemático é que acontece o que nomeamos por ensino e aprendizagem, entretanto todas estas questões elencadas tornam nosso ensino cada vez mais ineficaz, criando cada vez mais excluídos, onde a maioria fica à margem, em função de insucessos e evasão, que muitas vezes são minimizados e restringidos apenas ao âmbito escolar. Partindo de todas essas questões é que faremos a tentativa de produzir um material que contemple as necessidades observadas por professores e alunos, buscando propiciar oportunidade destes sentirem-se pertencentes a construção histórica do município de Tupanciretã, mais especificamente auxiliando na construção de uma identidade coletiva, que ainda não foi bem estabelecida por aqui.

A História local será um dos enfoques a ser tratados na produção, mas se auxiliará em áreas afins, como geografia, sociologia, educação patrimonial, visando amparar as demandas observadas que determinaram a construção deste.

Uma breve contextualização do ensino de História no Brasil

Nos primeiros tempos do ensino de história aqui no Brasil, fazia-se uma cópia e uma reprodução do que se tratava na Europa, principalmente na França. Era um modelo que apenas reproduzia os heróis europeus e suas conquistas, apresentava a sociedade europeia como uma sociedade a ser copiada, valorizando sua cultura, sua História, seus rituais, sua “civilidade”, falar em eurocentrismo nos traz uma redundância, já que o único objeto de estudo da disciplina eram os feitos dos nossos conquistadores. Enquanto isso, alguns pesquisadores aqui lançavam-se a pesquisar dados, principalmente geográficos do Brasil, já que antes da chegada dos portugueses era como se não existisse uma história passível de ser contada. Neste sentido não podemos deixar de destacar as contribuições de Von Martius e Varnhagen, que produziram alguns dos registros importantes e que embasaram todos os principais autores da época. Não podemos deixar de destacar já neste primeiro momento de produções as questões políticas postas para elencar estas produções, neste caso o papel coube ao IHGB, que tinha intuito de contar uma História do Brasil na qual enal-

tecesse num primeiro momento os monarcas bragantinos, seus feitos, sua família, sua nobreza, desprezando os povos nativos, relegando-os ao exotismo de um país de natureza rica da qual faziam parte, mas nunca como elementos centrais das narrativas.

Já no período republicano, nos primeiros tempos, o que se observou foi um ensino de história que buscava consolidar a organização do estado numa estrutura republicana, e esta se prestou como instrumento de doutrinação ideológica, a partir de autores que publicaram seus manuais na época visando fortalecer a estrutura republicana, sempre através de uma história linear, contemplando grandes feitos e com “heróis”, vista a partir dos olhos de uma burguesia, nunca rompendo um modelo tradicional de ensino unilateral, valorizando “decorebas”, datas e uma história eurocêntrica. Mesmo com várias mudanças ocorridas com o ensino de História durante o século XX, nunca houve um rompimento com essa forma de ensinar História, nunca se buscou produzir historiografia voltada a romper com esses paradigmas que já estavam impostos. E durante o período ditatorial o ensino de História foi ceifado, com a incorporação de geografia, moral e cívica e OSPB, que levaram uma nomenclatura de Estudos Sociais, retirando ainda mais o caráter de uma História pautada pela interpretação de fatos, e para a construção de cidadãos conscientes e críticos. Ao contrário, nesse período o que se buscava era exaltar a nação, num civismo às avessas para encobrir o “estado marginal” que havia se transformado nosso país com um regime totalitário e violento.

Mais tarde, num período de redemocratização pudemos observar algumas mudanças no ensino de História, buscando romper a construção do período ditatorial, procurando uma nova forma de ensinar história, a partir de novas teorias e de uma historiografia mais voltada ao rompimento com os modelos tradicionais, como se observou com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), uma forte tentativa de ruptura, mas pouco entendida na prática efetiva por parte dos professores, que continuaram a reproduzir um ensino baseado numa historiografia mais tradicional.

Hoje o que está em pauta é um projeto ousado, partindo do Ministério da Educação que busca o rompimento com o modelo eurocêntrico de História, mas existem muitos debates e muitos interesses e desinteresses nessas mudanças. Mas já se vislumbra mudanças nas estruturas curriculares do ensino de História.

É preciso que se entenda, que em todos estes períodos que abordamos a História sempre foi objeto de uso político e doutrinário, em alguns períodos, isso fica muito mais claro nas produções didáticas. No PNLD, atualmente existe uma tendência um pouco mais voltada a modelos

menos conservadores de ensinar História, mas não se rompeu ainda a adoção do modelo tradicional, principalmente por que as pesquisas que se faz nas universidades não são compartilhadas com os professores da educação básica, o que dificulta bastante uma mudança consistente na forma de ensinar História, pois as novas perspectivas não embasam as práticas do cotidiano escolar.

Outras questões que devemos analisar que são pausas do nosso tempo, são as novas mídias e seu uso para melhoria no ensino de História. Surgem como uma tendência.

Sobre o projeto

Este projeto de pesquisa pretende realizar a coleta de dados, fazer levantamento de locais e objetos de patrimônio histórico material e imaterial do município de Tupanciretã, levando em conta um recorte temporal abrangente, que aborde desde o início do povoamento do município até os dias atuais. Pretende-se também incluir nos estudos do patrimônio e história do município todas as classes sociais e sua contribuição para a nossa formação histórica, buscando a realização de um trabalho de Educação Patrimonial que contemple o alunado das redes de ensino de Tupanciretã, através da produção de material Didático-Pedagógico a ser utilizado por alunos e professores. É necessário que se crie um imaginário social, onde a população se entenda pertencente a esta história, hoje nossa população não tem esse sentimento e nem construiu esse imaginário social, levando em conta suas origens, suas peculiaridades, nem uma história coletiva sobrevivendo apenas com algumas memórias inventadas pelas classes dominantes, invisibilizando as classes menos favorecidas nesta construção. Em tratando-se da formação de um imaginário social podemos algumas idéias do historiador José d'Assunção Barros, onde argumenta que o imaginário é algo que faz parte do cotidiano dos indivíduos e se faz tão presente quanto aquilo a que atribuímos o valor de real ou considerado como algo concreto (BARROS, 2009 p. 91). Observa-se aqui uma ausência de sinais e vestígios históricos dos povos indígenas e da população de classe baixa que também povoou nosso município. Ostentamos muitos títulos: “cidade com maior frigorífico da América Latina”, nos anos 1970, “Maior Produtora de Soja do estado”, atualmente. Mas em momento algum menciona-se por exemplo que nesta cidade encontram-se o maior número de famílias assentadas pela reforma agrária do estado do Rio Grande do Sul, totalizando 17 Assentamen-

tos/Reassentamentos. Tampouco menciona-se como se deu o início da produção de carne e a chegada de famílias negros para iniciar a produção inicialmente em charqueadas e mais tarde no frigorífico da Cooperativa Serrana. Estes silenciamentos incomodam e oprimem, visto que a maior parte da nossa população desconhece suas origens e sua história, e as famílias que aqui chegaram a partir dos anos 1990, além de não conhecerem a história do município que os acolheu, em momento algum se sente pertencente a história daqui. Todos estes elementos, durante anos vêm me causando inquietação e me instigando a escrever algo que consiga ser entendido pelo nosso alunado, em termos de história local, mas que também seja de proveito dos nossos professores que em boa parte, desconhecem sua própria história e seguem reproduzindo informações defasadas e até falaciosas. Também não existe nenhum tipo de trabalho de educação patrimonial, desde o nosso museu é um local que destaca somente elementos de uma elite, não sendo um local em que se possa entender a riqueza da constituição dessa população heterogênea, tornando-se desmotivadoras as visitas ao referido museu, pois aquela não é a “nossa história”.

Esta desvinculação dos indivíduos com esta história e com esta sociedade está relacionado ao processo inverso na construção do seu imaginário social como nos destaca Pesavento:

“Esse é, por assim dizer, um processo constituído historicamente : o da elaboração em cada sociedade, de um sistema de idéias-imagens de representação coletiva. A isso dá-se o nome de imaginário social, através do qual as sociedades definem a sua identidade e atribuem sentido e significado às práticas sociais. O imaginário é sempre representação, ou seja, é a tradução , em imagens e discursos, daquilo a que se chama de real”(Sandra Pesavento, 1993).

Enfocando a questão do ensino e aprendizagem, podemos considerar que nosso aluno- sujeito das nossas escolhas teórico- metodológicas- tem inúmeros prejuízos não tendo explicitada sua história de uma maneira verdadeira e clara, pois este não se sentindo pertencente a sociedade, não desenvolvendo sentimento de pertença a esta História, não se sentirá sujeito dela e continuará reproduzindo uma visão equivocada de história, onde nós pessoas “ comuns” não somos sujeitos da história, apenas, grandes coronéis, reis , rainhas , grandes autoridades, socialaites são sujeitos da história. Essa visão equivocada da participação do nosso sujeito na sociedade em que vive pode ser analisada como uma das alavancas ao que defendia Bourdieu: o aluno que fica passivo diante da escola, pois não vê na escola um meio de mudança da posição social. Reproduzindo na escola as lutas de classe a permanência da valorização do

capital cultural que é tão excludente e faz com que filhos de trabalhadores e pessoas pobres continuem reproduzindo a sociedade sem mudanças.

Para rompermos com essa estrutura alienante é necessário que nós educadores possamos estar rompendo com essa reprodução de conhecimentos e passando a produzir na escola, valorando a realidade e as vivências deste nosso aluno, dos seus antepassados, de sua história de vida e utilizando-nos desta experiência para produzir conhecimento também. Neste sentido temos a contribuição de Philippe Perrenoud é necessário que o educador invista na construção de novas práticas e dispositivos alternativos de ensino. Segundo o autor trata-se de “um trabalho intenso de cooperação e de inovação, ou seja, uma ruptura, com o individualismo e a rotina”. (PERRENOUD,1996).

Outra diretriz baseada também em Perrenoud é colocar o aluno como centro das ações. Claro que nesse caso, a produção de material vem ao encontro do anseio de nossos professores que não sentem-se suficientemente instrumentalizados para ensinar história local. Ouvimos sempre as mesmas questões: “o que vou trabalhar em História do município?” “Onde consigo algum material?” “Só tenho material desatualizado”. Mas é importante que possamos estar instrumentalizando esse professor para que então nosso grande público alvo possa ser atingido com as ações e com o material produzido

Segundo Santos, devemos observar alguns aspectos na formatação deste material:

Conteúdos claros e bem estruturados atendendo à inter e intratextualidade, multivocalidade e multidirecionalidade. [...] É importante utilizar elementos de transição entre unidades e/ou textos, resumos e sínteses ao final de cada unidade temática indicando novas referências (links, sugestões de filmes, outras fontes de informação); [...] Vocabulário coerente com o perfil dos aprendentes. [...] ilustrações devem ser contextualizadas e utilizadas como conteúdo. (Santos,2002)

Justificativa

A decisão de trabalhar com produção de material didático-pedagógico, nasce da necessidade percebida ao longo de quase vinte anos de docência, de um material apropriado para o ensino de História local, que aborde de uma forma didática as relações entre a História e o patrimônio do município de Tupanciretã, pois o município não

dispõe de material adequado para o uso com os alunos. Neste sentido dispomos de estudos feitos por memorialistas, pessoas da comunidade, não existe um trabalho de pesquisa feito para dar conta da complexidade da formação histórica do município e que seja adequado ao uso escolar. Nossos professores utilizam-se destas produções dos memorialistas e vão “montando” e “inventando” uma História que não corresponde aos fatos ocorridos, com omissões importantes, e nunca incentivando o estudo do patrimônio histórico e cultural existente na nossa cidade. Assim como as informações que estão disponíveis para pesquisa e ensino estão defasadas, com dados desatualizados e não abordam a sociedade de Tupanciretã na sua totalidade, deixando alguns grupos invisibilizados na dita “História Oficial”, bem como não existe nenhum tipo de incentivo a valorização do patrimônio material e imaterial do município, nenhum projeto de Educação patrimonial, tornando as novas gerações excluídas do conhecimento sobre sua própria história.

O patrimônio cultural

O patrimônio cultural não se restringe apenas a imóveis oficiais isolados, igrejas ou palácios, mas na sua concepção contemporânea se estende a imóveis particulares, trechos urbanos e até ambientes naturais de importância paisagística, passando por imagens, mobiliário, utensílios e outros bens móveis. (<http://portal.iphan.gov.br>)

Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) - (<http://portal.iphan.gov.br/>).

A partir das práticas voltadas a valorização do patrimônio histórico e cultural, tendo-se como referência os conceitos já citados, pretende-se ter como marco inicial deste processo a produção deste material e seu uso tanto por docentes e discentes como uma semente para que as novas gerações possam se entender e sentir-se pertencentes a História do nosso local.

Existem vários estudos que abordam a questão da dicotomia academia-escola, isso me instigou, ao cursar História pela Plataforma Freire, já nos primeiros estudos de Pré-História, com o Professor Milder -*in memoriam*- já pudemos nos deparar com pesquisas incríveis e dados no-

vos sobre a colonização do nosso estado, sobre nossa História e modo de vida dos nossos antepassados que nunca foi abordado nem nos livros didáticos nem nas produções que tínhamos acesso, nos causando encantamento. Desde então, nascia uma ideia de ressignificar nossa História, pesquisar a partir de várias fontes, levantar dados, trazer um pouco do que já se tem produzido em termos do estado do Rio Grande do sul, relacionando a nossa História local. Neste sentido, Maurice Tardiff contribui quando afirma que professores de sala de aula devem parar de ser tratados como estudos de caso nas pesquisas universitárias e afirma que estes professores podem produzir não somente reproduzir, ele convoca pesquisadores, docentes, a unirem-se para produzir, ressalta que mundo acadêmico e mundo escolar devem estar se amparando para que os professores não sejam vistos apenas como reprodutores de conhecimento produzidos por outros grupos. Reforçando a ideia de romper a dicotomia já citada

Outra questão, bastante peculiar que incita para este trabalho é a forma como os grupos sociais são tratados nos memoriais já citados e na História que se ensina na sala de aula, que valoriza apenas os grandes coronéis, a elite, não enfoca as classes sociais menos favorecidas invisibiliza o passado missioneiro, já que hoje a grande maioria do nosso alunado e até nossos professores de anos iniciais não têm conhecimento de que nas terras onde depois ergueu-se o povoado que deu origem ao nosso município, anteriormente era uma Redução, a Redução de São João, um “braço” da Redução de São Miguel que acolhia guaranis “excedentes” da Redução de São Miguel. Estas versões contadas nas escolas sempre me causaram estranhamento, pois sempre me interessei por este passado missioneiro omitido de todas estas gerações, pois entendo que devemos conhecer nossa própria História e repassar para as novas gerações. Sobre a questão missioneira existe uma abordagem apenas lendária, somente o “mito da criação”, a lenda da origem do nome do município. TUPAN – CI-RETAN = terra da mãe de deus.

Para que produzir material didático de história local?

Este projeto tem por objetivo fazer o levantamento e coleta de dados, locais, objetos, modos, fazeres, que estejam relacionados ao patrimônio cultural de Tupanciretã e partindo desse levantamento realizar a produção de um material didático-pedagógico que vise o incentivo a valori-

zação destes patrimônios. Este material deverá ser produzido levando em conta alguns pressupostos como : congregar múltiplas visões e teorias educacionais; buscar desenvolver autonomia e visão crítica no aluno; despertar nos docentes gosto pela educação patrimonial, como uma forma de auxiliar na construção da identidade do seu aluno; integração e articulação com outros componentes curriculares, buscando formatar um material de uso multidisciplinar; atualizar os conhecimentos históricos sobre a História do município onde todos passam a ser sujeitos e não somente um determinado grupo social; construir um material com uma linguagem voltada ao público alvo, levando em conta algumas regionalidades e valorizando o conhecimento prévio e a bagagem cultural dos alunos; buscar atividades e propostas que envolvam situações problemas e que tragam ludicidade visando despertar o gosto do aluno e o incentivo por parte dos professores . Pretende-se também contribuir de maneira efetiva para incentivar a leitura, a produção escrita, a oralidade, através de um material que dinamize as aulas de História e dialogue com outras disciplinas, além de ser uma ferramenta com a qual os educadores possam utilizar-se. Neste sentido é necessário que o professor tenha em mente conforme destacam Schmidt e Cainelli:

As relações do professor de história, como as de outros, com os livros didáticos articula-se, fundamentalmente, por meio de suas concepções de educação, de ensino e aprendizagem, ou seja, está permeada pelas concepções que ele tem de escola, bem como pelas que tem das finalidades do ensino em geral e do ensino da História em particular. A clareza acerca dessas questões pode servir de referência para o livro didático ser visto como parte articulada e articuladora da relação entre professor, aluno e conhecimento histórico, e não como algo arbitrário e compulsório. (SCHMIDT e CAINELLI, 2004, p. 136)

Trabalhar com material didático produzido com especificidades têm aspectos positivos, mas também aspectos negativos, principalmente por vir com a visão do autor em relação as temáticas abordadas, é necessário existir a isenção de todo cunho ideológico dessa produção para que realmente seja de valor científico e não somente memorialístico. Precisamos ter estes cuidados para não recorrermos nos mesmos erros já narrados muitas vezes que ocorrem em produção de livros didáticos e materiais: livros explicitamente voltados a reproduzir modelos ideológicos.

Metodologia

A metodologia que será usada, deverá partir de uma pesquisa com professores da rede pública de Tupanciretã, onde 05 professores responderão questionário no qual deverá ser quantificada a real necessidade do material para a execução de aulas de História local, com questões pertinentes ao que desejamos desenvolver e que nos deem pista sobre o que será melhor aceito tanto por professores, como por alunos. Após essa coleta de informações, iremos partir para a seleção de material adequado para nos embasar na confecção do material.

É importante salientar que existem poucas produções que tratem especificamente sobre a História de Tupanciretã e que partam de fontes confiáveis, visto que alguns memorialistas já escreveram sobre esse tema, alguns com informações corretas e que partem de fontes confiáveis, de registros oficiais, já outros, são somente uma reprodução do que é falado através de contos populares. Por isso é importante ter bastante cuidado na seleção deste material, pois não podemos produzir com informações equivocadas, neste sentido, a dissertação de Mestrado de Oliveira, Tarcisio Dorn, vem bastante ao encontro do que se necessita em termos de imagens, informações históricas e do patrimônio cultural material de Tupanciretã. Entretanto necessitamos ampliar a busca por aspectos do patrimônio imaterial do município e aprofundar algumas questões históricas.

A partir da seleção das informações que farão parte do material, passaremos a fase de formatação deste material, uma vez que queremos um material impresso e também outro tipo de material que possa ser disponibilizado virtualmente, ambos necessitam cuidado para ficarem com uma apresentação que seja adequada para o uso com alunos e também um material específico para os professores.

No momento em que houver o lançamento do material, pretendemos realizar uma formação específica para os professores para trabalhar algumas noções de educação patrimonial, será disponibilizado um mapa e um roteiro de visitas a locais de patrimônio, com sugestão de atividades a serem desenvolvidas pelos professores e temáticas a serem abordadas em cada local de valorização do patrimônio. Também pretendemos através de uma oficina propor algumas técnicas de trabalho que visem o melhor uso do material por parte dos docentes.

Devemos ter clareza que estamos num tempo em que as culturas escolares modificaram-se bastante e alguns instrumentos que outrora eram eficazes, hoje se mostram obsoletos e ineficientes- aliás os espaços escolares deveriam ser revistos, pois apresentam-se obsoletos na sua maioria- então precisamos buscar formas de construir material que esteja adequado ao que é esperado pela geração que irá utilizá-lo. É necessário ter consciência que os sujeitos da aprendizagem, estão conectados, estão em rede. Aliás, nos dias de hoje as pessoas estão permanentemente conectadas por dispositivos móveis, por isso, na proposta de produção, incluo uma parte do material que seja virtual, ainda não está realmente decidido, qual maneira será apresentada: um e-book, um blog, um CD-ROM com atividades, enfim...São várias formas de partilhar o material de maneira virtual, precisamos, a partir da pesquisa, decidir pelo que melhor irá se adequar.

Considerações finais

Dessa forma, apesar do projeto ainda estar em período de elaboração, para ser qualificado e posteriormente produzido o que se propôs para a fase de intervenção, já podemos analisar sua importância, tanto do ponto de vista social, e também como uma perspectiva de mudança de algumas maneiras de abordagem da História local.

Para definirmos o tipo de material que iremos produzir pretende-se ouvir os professores da área e alunos na busca pelo modelo mais adequado, seja uma cartilha, um polígrafo, história em quadrinhos, CD com imagens...Existem várias possibilidades. Mas precisamos ter clareza na linguagem a ser usada, nos recortes temporais, na metodologia, nas propostas de atividades, nas notas de rodapés, na sugestão de usos da web, como sites, links e outros materiais. Todos estes elementos necessitam estar bem planejados e organizados buscando um resultado que seja do gosto tanto de docentes, como de discentes.

Nossa busca está em fazer algo diferenciado, que estimule nossos professores e que possa ser um marco inicial na educação patrimonial na nossa cidade, para que nossa história passe a ser explorada também em locais não formais, como arquivos contidos no museu, praças, monumentos, antigo frigorífico, enfim...Existem muitos locais para se trabalhar esta história, mas nenhum tipo de auxílio ou orientação aos professores na forma de fazer. Existe também uma necessidade perene de que se aborde o patri-

mônio imaterial, nossas festividades, nossos elementos culturais que muitas vezes são omitidos e nossas novas gerações desconhecem sua própria cultura, elementos que seriam importantes para fortalecer seu sentimento de pertença a esta terra.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José de Assumpção: **A construção social da cor**; Ed. Vozes. Petrópolis. 2009

-PERRENOUD, Philippe. **Profissionalização do professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 108, p. 7-26, nov. 1999

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Um novo olhar sobre a cidade: a nova história cultural e as representações do urbano**. In: MAUCH, Cláudia; et al. Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade. Porto Alegre/ Canoas/ São Leopoldo: Editora da UFRGS/ Ed. Ulbra/ Ed. Unisinos, 1994,

- SANTOS, Edméa Oliveira. **Formação de Professores e Cibercultura: novas práticas curriculares na educação presencial e a distância**. In: Revista da FAEEBA, v.11, n. 17, p. 113-122, jan./jun. 2002.

-SAVIANE, Demerval. **Escola e Democracia**. Ed. Autores Associados, São Paulo. 1997

- SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Editora Scipione, 2004.

- TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

-<http://portal.iphan.gov.br>